

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 10/2010

PROCESSO nº 08335.018525/2010-10

A União, por intermédio da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, mediante o Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 326/2010, de 20 de setembro de 2010, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço global, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 10.520, de 2002, o Decreto nº 5.450, de 2005, a Lei nº 8.078, de 1990 -Código de Defesa do Consumidor, o Decreto nº 3.722, de 2001, o Decreto nº 2.271, de 1997, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, a Lei Complementar nº 123, de 2006, e subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 1993, bem como a legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: 10 de dezembro de 2010.

Horário: 09:00 (nove horas -horário de Brasília)

Endereço: www.comprasnet.gov.br

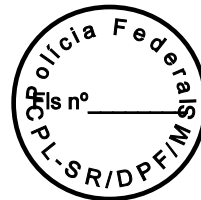
Encaminhamento da proposta e anexos: a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br, até a data e horário da abertura da sessão pública.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção predial, com fornecimento de materiais e peças de reposição, compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva e emergencial no Edifício Sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Norte e suas Descentralizadas, com execução mediante o regime de execução indireta, em conformidade com o Decreto nº 2.271, de 07/07/1997, Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02, de 30.04.08 e Decreto 5.450, de 31/05/2005, abrangendo as instalações e sistemas prediais abaixo relacionados e conforme detalhamentos constantes no Termo de Referência.

b) Itens a serem contratados:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Quantidade Anual estimada



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

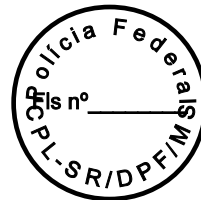
1	Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos termos previstos em Edital, na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS, e nas Unidades Descentralizadas, localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, envolvendo os seguintes profissionais: *COD.4083- FEITOR OU ENCARREGADO GERAL; *COD.2436- ELETRICISTA OU OFICIAL ELETRICISTA; *COD.247- AUXILIAR DE ELETRICISTA; *COD.2696- ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; *COD.246- AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO; *COD.12868- MARCENEIRO; *COD.6121- AUXILIAR; *COD.4750- PEDREIRO; *COD.6127- AJUDANTE DE PEDREIRO.	Homem/hora	23760
2	<u>Materiais, peças de reposição e acessórios, a serem adquiridos pela CONTRATADA, nos termos previstos em Edital.</u>	Mês	12
3	Valor do Índice de Remuneração para atendimento <u>na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS.</u>	Mês	12
4	Valor do Índice de Remuneração para aquisição de Materiais, peças de reposição e acessórios, referente ao item 2.	Mês	12

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a. ANEXO I -Termo de Referência
- b. ANEXO II – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço
- c. ANEXO III -Termo de Vistoria
- d. ANEXO IV -Minuta do contrato

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

o sistema eletrônico, por meio do site www.comprasnet.gov.br, para participação de Pregão Eletrônico.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com o Departamento de Polícia Federal;

2.2.4. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União;

2.2.5. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.6. Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.7. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.8. Aquelas que se encontram nas situações de fusão, cisão ou incorporação.

2.2.9. Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, anexo ao Edital, e a proibição do artigo 4º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008.

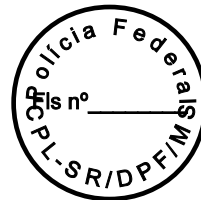
3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal -Comprasnet, no site <http://www.comprasnet.gov.br>.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico.

3.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



3.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.6. Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.1. A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no site www.comprasnet.gov.br até a data e horário da abertura da sessão pública.

4.1.1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2. Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

4.2.1. O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

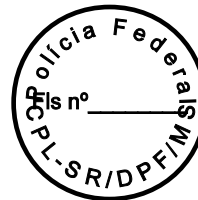
4.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento do licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4.3. A proposta deverá conter:

4.3.1. As especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

4.3.1.1. Caso haja descrição complementar do objeto, deve ser utilizado o campo próprio, vedado o preenchimento deste com dados aleatórios;

4.3.2. Preço unitário, valor mensal por item e global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando os quantitativos e orientações constantes do Termo de Referência;



4.3.2.1. No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

4.3.2.2. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica -IRPJ -e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido -CSLL -, que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta de preços apresentada;

4.3.3. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;

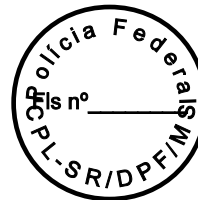
4.3.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

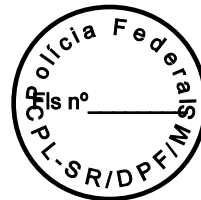
4.4. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.4.1. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.5. Para o preenchimento da proposta, tanto eletrônica quanto da planilha de custos e formação de preços, os itens deverão ser assim considerados:

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Medida	Quant	Valor Unitário(R\$)	Valor Anual (R\$
1	Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e	Homem/hora	23760	R\$ 6,67	R\$ 158.479,20





4.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (67) 3368-1202.

4.6.2. As VISTORIAS TÉCNICAS deverão ser efetuadas por um dos responsáveis técnicos da empresa ou profissional habilitado (Engenheiro Civil ou Eletricista) devidamente identificado e credenciado por meio de documento próprio.

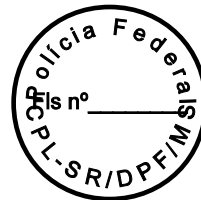
4.6.3. Faz-se imprescindível a vistoria técnica para que os licitantes tenham a noção exata dos locais (edificações e instalações) a serem mantidos, que eventualmente tenham sido caracterizados de forma não exaustiva, culminando no correto dimensionamento da mão-de-obra, ferramentas, equipamentos e demais necessários à perfeita execução dos serviços a serem contratados, objetivando que as propostas sejam elaboradas de forma condizente com o ônus do objeto licitado, sob pena de frustração do certame e do interesse público.

4.6.4. Observe-se a inviabilidade de ser substituída a vistoria técnica pela divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres, dada a natureza do órgão público, onde são desempenhadas atividades tipicamente policiais, podendo tal divulgação irrestrita fragilizar a sistemática de segurança ou impenetrabilidade das edificações.

4.6.5. Caso a licitante entenda que não necessita de esclarecimentos adicionais para a formulação de suas propostas, e queira prescindir da Visita Técnica às unidades localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS, deverá apresentar, na fase de habilitação, termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.

4.7. No cálculo de sua proposta a Licitante deverá prever a prestação dos serviços em horário compreendido entre 08h e 18h, de segunda à sexta-feira, dos dias normais de trabalho, podendo este horário, à critério da CONTRATANTE, ser alterado para a otimização dos serviços.

4.7.1. A Supervisão da execução dos serviços contratados caberá aos Responsáveis Técnicos pelas manutenções previstos no Termo de Referência, os quais poderão também exercer a função de PREPOSTOS, cabendo à



CONTRATANTE considerar os custos com estes profissionais na elaboração de sua Proposta (Valor do Índice de Remuneração).

4.7.3. Para a elaboração de sua proposta, a Licitante deverá preencher uma Planilha de Composição de Custo por Profissional para cada tipo de categoria necessária à prestação global do serviço, obtendo assim o valor da hora de trabalho de cada profissional e, por conseguinte, o valor total mensal das horas trabalhadas para cada profissional previsto.

4.7.3.1. Deverá ser elaborada uma planilha de custos e formação de preços para cada tipo de serviço, levando-se em consideração, além do adicional de periculosidade, gratificações previstas em convenção, custos com eventuais deslocamentos, estadia e outros necessários para perfeita execução do contrato.

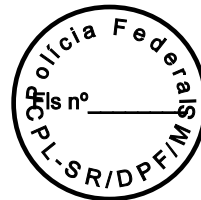
4.7.3.2. O modelo da planilha de custos e formação de preços comporá o edital, como anexo.

4.7.4. Os serviços só serão pagos pela CONTRATANTE no caso da efetiva utilização, conforme prescrito no Termo de Referência, anexo I deste edital.

4.7.5. Os materiais efetivamente adquiridos pela CONTRATADA, serão ressarcidos conforme previsão constante no Termo de Referência, anexo I deste edital.

4.7.6. Na composição dos seus preços unitários, a licitante deverá considerar todas as despesas com a realização de trabalhos auxiliares, inclusive eventuais subcontratações, que viabilizem a execução desses serviços, as perdas ou desperdícios de insumos diretos e indiretos, mesmo que não haja a sua discriminação específica na planilha orçamentária e nos demais itens do Termo de Referência, anexo I deste edital.

4.7.6.1. Conforme disposto no subitem anterior, deverão ser previamente consideradas as despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, diárias, transporte de materiais, ferramentas e equipamentos, utilização de veículos, impressões de documentos e limpeza, dentre outros necessariamente previstos no edital, como parcela dos preços unitários propostos no certame, além daquelas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

relacionadas com a utilização das equipes de manutenção e de todas as decorrentes do emprego, aplicação e utilização de ferramentas, equipamentos, fornecimento de materiais de consumo e aquisição eventual de peças e acessórios

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

5.1.1. No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.1.2. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

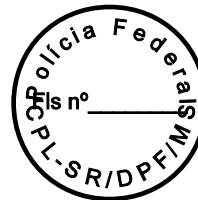
6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando, então, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.1.1. O lance deverá ser ofertado considerando: **Unidade:** Mês; **Quantidade:**



7.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento de seu lance no sistema e do valor consignado no registro.

7.4. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

7.8. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

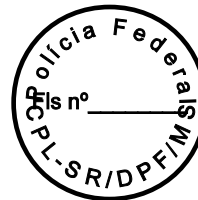
7.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado.

7.10. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa ME -ou empresa de pequeno porte -EPP -, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

7.10.1. O Sistema de Pregão Eletrônico identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo comparação entre os valores do licitante com menor preço e das demais ME/EPP na ordem de classificação, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

7.10.2. Nessas condições, as propostas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.10.3. Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.



7.10.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, na faixa dos 5% (cinco por cento) de diferença para a primeira colocada, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre os licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, conforme subitens acima.

7.10.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

7.12. Após o procedimento de desempate descrito no item 7.10, TODAS AS EMPRESAS (exceto as inicialmente desclassificadas) DEVERÃO INSERIR NO SISTEMA ELETRÔNICO SUAS RESPECTIVAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE ADEQUADAS AO VALOR DO ÚLTIMO LANCE.

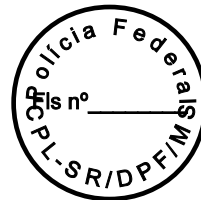
7.12.1. O Pregoeiro fará a análise das planilhas pela ordem de classificação, porém, **TODAS SERÃO CONVOCADAS A ENVIAR A PLANILHA PELO SISTEMA**, objetivando a celeridade dos procedimentos.

7.12.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.13. Apurada a proposta final de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

Pág. nº 11 de 30



8.1. O julgamento das propostas obedecerá ao critério (tipo) de MENOR VALOR GLOBAL, resultante da soma dos valores finais de todos os itens, com a respectiva aplicação dos ÍNDICES DE REMUNERAÇÃO para os itens 3 e 4, considerando todas as despesas, ônus e recomendações constantes neste projeto.

8.3. DA FORMULAÇÃO

Serviços de manutenção predial compreendendo a prestação de serviços de operação, apoio, assessoramento técnico, supervisão, manutenção preventiva, corretiva e emergencial, nos termos previstos em Edital, na Sede e anexos da SR/DPF/MS, localizada em Campo Grande – MS, e nas Unidades Descentralizadas, localizadas nas cidades de Dourados-MS, Ponta Porã-MS, Naviraí-MS, Três Lagoas-MS e Corumbá-MS.

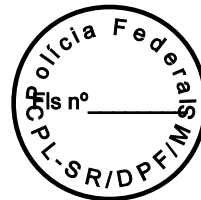
- **Importante** – Esse item não será objeto de disputa, devendo as propostas serem cadastradas no sistema, conforme a seguir:
 - Unidade: **HORA/HOMEM**
 - Quantidade: **23760**
 - Valor Unitário: **R\$ 6,67**
- Não será aceita proposta diferente para o item, maior ou menor.

Materiais, peças de reposição e acessórios, a serem adquiridos pela CONTRATADA, nos termos previstos em Edital.

- **Importante** – Esse item não será objeto de disputa, devendo as propostas ser cadastradas no sistema, e apresentadas, conforme a seguir:
 - Unidade: **Mês**
 - Quantidade: **12**
 - Valor Unitário: **15.625,00**
- Não será aceita proposta diferente para o item, para maior ou para menor.

Índice de Remuneração para fornecimento dos serviços referidos no item 1
Percentual máximo admitido: 40%

Pág. nº 12 de 30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Índice de Remuneração para aquisição de Materiais, peças de reposição e acessórios, referente ao item 2.

Percentual máximo admitido: 38%

c) Exemplos de cadastramento de proposta para os itens 3, e 4 :

Importante – Taxa de Administração máxima admitida - 40%(item 3) e 38%(item 4)

Exemplos

Caso o licitante deseje cadastrar valor de lance ou proposta inferior ao valor de referência para os itens, ou seja, o licitante está oferecendo desconto sobre o valor estipulado pela Administração para o item.

A) Caso o licitante deseje oferecer Índice de Remuneração de **8%** no item 3:

R\$ 158.479,20 (valor do item 1) X 8% = R\$ 12.678,34

R\$ 12.678,34 / 12 = R\$ 1.056,52 (valor unitário)

Para lançamento no sistema:

Unidade: mês - **Quantidade:** 12 – **Valor:** 1.056,52_

IMPORTANTE: Nesse caso, o Índice de Remuneração a ser aplicado para o item, na execução do contrato, será de 8%.

B) Caso o licitante deseje oferecer Taxa de Administração de **20%** no item 4:

R\$ 187.500,00 (valor do item 2) X 20% = R\$ 37.500,00

R\$ 37.500,00 / 12 = R\$ 3.125,00 (valor unitário)

Para lançamento no sistema:

Unidade: mês - Quantidade: 12 - Valor R\$ 3.125,00

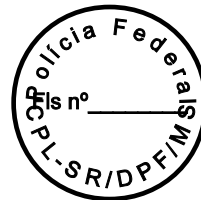
IMPORTANTE: Nesse caso, o Índice de Remuneração a ser aplicado para o item, na execução do contrato, será de 20%

8.3.1. O percentual aplicado para obtenção do valor da proposta no sistema será aplicado na execução do contrato para cálculo do pagamento da hora/homem – item 3 - e materiais – item 4.

8.3.2. Não serão aceitos valores maiores que os de referência, apurados pela administração, para quaisquer dos itens ofertados.

8.3.4- Caso o licitante não deseje ofertar qualquer percentual de desconto, deverá simplesmente lançar o valor mensal estimado para os itens em disputa, a saber, itens 3 e 4, por 12 meses(quantidade)

8.4. A contratação unificada da prestação de serviço com o fornecimento de materiais/peças observa primordialmente o Princípio Administrativo da Eficiência,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

previsto na Magna Carta, motivo pelo qual foi adotado o tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.5. Não serão aceitos valores maiores que os de referência, apurados pela administração, para quaisquer dos itens ofertados.

8.6. Caso o licitante não deseje ofertar qualquer percentual de desconto, deverá simplesmente lançar o valor mensal estimado para os itens em disputa, a saber, itens 3, 4 e 5, por 12 meses(quantidade)

8.7. A pregoeira convocará o licitante detentor do melhor preço a enviar anexos contendo a planilha de custo e formação de preços, nos moldes da planilha apresentada na IN nº 02/2008 SLTI/MPOG, atualizada pela IN nº 03/2009 SLTI/MPOG, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, por meio do sistema, sem prejuízo do posterior envio dos originais.

8.7.1. O Pregoeiro examinará as propostas pela ordem de classificação, quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto. Os preços não poderão ultrapassar o valor máximo admitido (valor de referência).

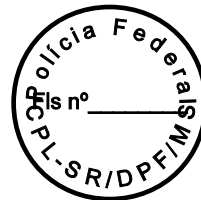
8.8. Será desclassificada a proposta final que:

- a. Contenha vícios ou ilegalidades;
- b. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;
- c. Apresentar preços finais superiores ao valor máximo estabelecido neste Edital;
- d. Apresentar preços que sejam manifestamente inexeqüíveis;
- e. Não vier a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e à produtividade apresentada.

8.8.1. Consideram-se preços manifestamente inexeqüíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.8.2. A inexeqüibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

8.8.3. Se houver indícios de inexeqüibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

8.8.3.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

8.8.3.2. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

8.8.3.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

8.8.3.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

8.8.3.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

8.8.3.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

8.8.3.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

8.8.3.8. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

8.8.3.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

8.8.3.10. Estudos setoriais;

8.8.3.11. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

8.8.3.12. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços; e

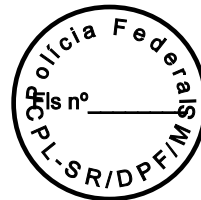
8.8.3.13. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

8.3.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a executabilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.3.5. Quando o licitante apresentar valor final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.

8.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos apresentados, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.5. Se a proposta de menor valor não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.5.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.6. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

8.7. Sendo aceitável a proposta do licitante detentor do menor preço global, este deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

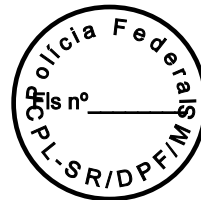
9.1. Para habilitação neste pregão eletrônico, a licitante deverá possuir registro cadastral atualizado no SICAF, que será confirmado por meio de consulta on-line ao sistema, durante a sessão.

9.2. Os dados dos documentos de habilitação registrados no SICAF a serem avaliados são os seguintes:

- a) número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;
- b) Certidão Conjunta (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) prova de quitação com as fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, conforme o domicílio ou sede da licitante, admitida a certidão positiva com efeito de negativa ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Certidão (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa) emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- e) CRF - Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1 (um), relativamente à data da apresentação da proposta, no forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



f.1.) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

g) Comprovação de patrimônio líquido ou capital mínimo não inferior a 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices citados no subitem anterior for igual ou menor a 1;

9.3. Declarações Complementares, que poderão ser feitas no sistema:

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

b) Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002;

c) Declaração que comprove o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no art.3º da Lei Complementar nº 123/06 e comprovar tal condição por meio de registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, se for o caso.

d) Declaração de elaboração independente de proposta

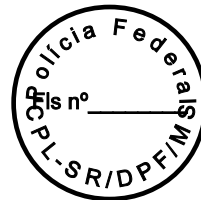
9.4. Para efeito de habilitação deverão ser apresentados, ainda, os seguintes Documentos Complementares:

a. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, em plena validade;

b. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de:

b.1. No mínimo 1 (um) atestado de capacidade técnica da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente visado pelo CREA, comprovando a prestação de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto a ser licitado, ou ainda, certidões de acervo técnico de engenheiro com qualificação para o desempenho de funções correlacionadas e compatíveis com a prestação de serviços a serem contratados, desde que do seu quadro permanente ou com contrato de trabalho com a licitante, devidamente registrado e formalizado;

b.2. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

b.3. Certidão de Acervo Técnico dos profissionais a serem indicados pela LICITANTE VENCEDORA como responsáveis técnicos pela execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência, devidamente emitida pelo CREA, constando execução de serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, limitadas estas, exclusivamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, (art. 30 § 1º inciso I lei 8666/93).

b.3.1. Não será exigido, quanto aos engenheiros indicados como responsáveis pela execução dos serviços a serem contratados, que os serviços presentes nas individuais e respectivas Certidões de Acervo Técnico, tenham sido necessariamente prestados à empresa Vencedora.

b.3.2. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente do licitante, o sócio, o administrador, o diretor; o empregado devidamente registrado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços, com contrato escrito firmado com o licitante;

b.3.3. No decorrer da execução do serviço, o profissional de que trata este subitem poderá ser substituído, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração;

c. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;

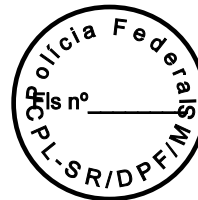
d. termo de declaração, em papel timbrado da empresa, de que possui informações suficientes e se declara apta a executar os serviços em toda sua extensão.

9.3. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

9.3.1. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.4. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

9.5. Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão



correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 04 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

9.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

9.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.8.1. Caso o licitante detentor do menor preço global seja microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.2. A prorrogação do prazo a que se refere o subitem anterior deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho devidamente justificados.

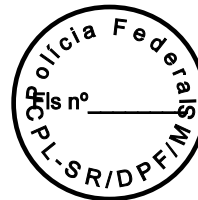
9.8.3. A declaração do vencedor de que trata este subitem acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

9.8.4. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.9. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final, contendo a planilha atualizada de custos e formação de preços e eventuais justificativas apresentadas pelo proponente vencedor, deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.1.1. A proposta final deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato, no momento da repactuação ou de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal, caso o licitante vencedor seja microempresa ou empresa de pequeno porte, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, em campo próprio do sistema, motivadamente poderá manifestar sua intenção de recorrer sendo-lhe assegurado tempo mínimo de 30 minutos, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

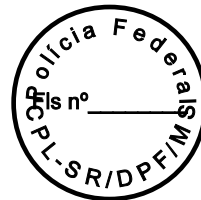
11.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. Cabe ao Pregoeiro receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão.

11.4. O acolhimento de recurso, pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, conforme o caso, importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13.1. Será exigida a prestação de garantia pela fornecedora, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 2% (dois por cento) do valor total estimado do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia; ou
- Fiança bancária.

13.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na agência do Banco do Brasil, mediante depósito identificado a crédito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul.

13.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.4. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

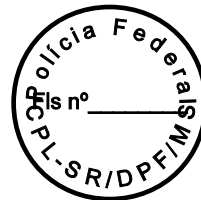
13.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

13.6. No caso de alteração do valor do contrato, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições.

13.7. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

13.8. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

13.9. Em caso de rescisão contratual, a Contratante reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias ou a



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14. DO CONTRATO

14.1. A Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

14.2. No momento da contratação, a Adjudicatária deverá apresentar os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço.

14.3. Antes da assinatura do Contrato, a contratante realizará consulta "on line" ao SICAF e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados -CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

14.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

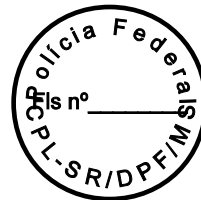
14.5. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.6. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.7. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante, ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência do Contrato será, a partir da data da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2011, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por



períodos de 12 meses, sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

16.1. Conforme Termo de Referência e Minuta de Contrato, anexos I e IV deste edital.

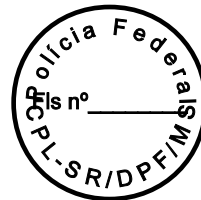
17.1. O pagamento será efetuado à empresa no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, que deverão conter o detalhamento dos serviços executados, observado Art. 40 Inc. XIV, “a” da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

17.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

17.4. As Notas Fiscais/Faturas contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo máximo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações.

17.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir acompanhada de relatórios e demais documentação exigidos nos respectivos Termos de Referência, sendo condição necessária para o ateste dos serviços para fins de pagamento pelo DPF;

17.6. A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;



17.7. Cada Nota Fiscal/Fatura deve referir-se, preferencialmente, ao período compreendido entre o 1º e o último dia de cada mês;

17.8. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;

17.9. As ordens de serviço ou Formulário de Autorização de Compras, quando for o caso, serão definidas com prazo máximo de 30 dias. Caso a atividade exija um tempo maior de execução, deverá ser dividida em ordens de serviço com duração menor. Cada ordem de serviço deverá especificar os produtos ou atividades entregáveis, permitindo sua fiscalização e ateste.

17.10. Consideram-se ordens de serviço executadas aquelas cujos aceites sejam efetivados até o último dia do mês de faturamento.

17.11. O valor do pagamento será calculado conforme o estabelecido nos respectivos Termos de Referência e seus anexos.

17.12. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamentos, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

Onde:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$I = \text{Índice de atualização financeira} = 0,0001644$, assim apurado:

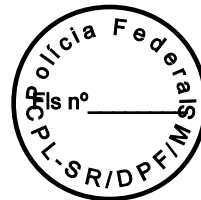
$$I = (TX/100) / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

18.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

a. Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da



contratação for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos.

18.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação de Planilha de Custos e Formação de Preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

18.3. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

18.4. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

- a. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b. As particularidades do contrato em vigência;
- c. O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

f. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

18.5. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

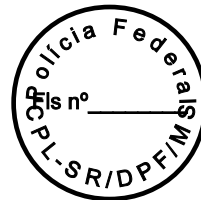
18.5.1. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

18.6. No caso de repactuação, será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

18.7. O órgão contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

18.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou



c. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras;

18.8.1. A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

18.8.2. A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

18.8.2.1. Na hipótese acima, o período que a proposta permaneceu sob a análise da Administração será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

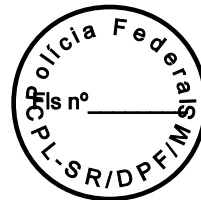
18.9. Os novos preços repactuados não poderão ultrapassar o limite máximo fixado pelo Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão, se existente.

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação para o exercício em curso e, caso ultrapasse este, também para o exercício futuro correrão à conta das dotações orçamentárias previstas nas rubricas: DDO nr. 101, de 15/10/2010, Gestão 0001/30108, PT 06.122.0750.2000.0001, PI 702T-11, Fonte 100.

19.1.1. Em caso de eventual prorrogação, o termo aditivo correspondente indicará os créditos e empenhos para a cobertura da despesa.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, da Lei nº 8.666, de 1993 subsidiariamente, a CONTRATADA que:

- a.) Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b.) Apresentar documentação falsa;
- c.) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;



d.) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

e.) Comportar-se de modo inidôneo;

f.) Cometer fraude fiscal;

g.) Fizer declaração falsa;

h.) Ensejar o retardamento da execução do certame.

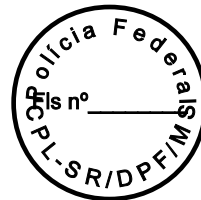
a) Multa de até 0,5% (meio por cento) sobre o valor estimado do contrato;

b) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

c) As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

- a) Não executar, total ou parcialmente, o contrato;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Departamento de Federal, pelo prazo de até dois anos;



d) Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

f) A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas.

20.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo correio.

20.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

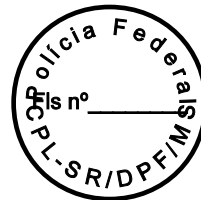
21.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, na forma eletrônica, ou mediante o encaminhamento de petição por escrito à Pregoeira.

21.1.1. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

21.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
SELOG/SR/DPF/MS
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



21.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet.

21.2.1. O pedido de esclarecimentos será respondido em até vinte e quatro horas.

21.3. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultada à Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.6. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

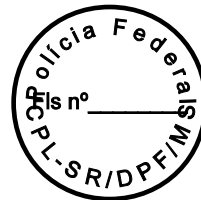
21.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.8. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

21.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.10. O licitante deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local do serviço, se for o caso, para representá-lo na execução do contrato.

21.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



21.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de Campo Grande-MS - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.

Claudia Maria Guimarães de Oliveira
Pregoeira